

Parecer sobre a
Estratégia de Valorização do
Vale da Ribeira da Granja



Campo Aberto
Associação de Defesa do Ambiente

Porto, 31 de Maio de 2002

Introdução

A relação do Homem com os cursos de água sofreu grandes alterações ao longo da História. Desde a antiguidade até à revolução industrial, as populações humanas foram-se estabelecendo junto dos rios e ribeiros que, sendo uma das poucas alternativas em termos de abastecimento de água, quer para a agricultura quer para consumo directo, eram vistos como um bem precioso e vital.

Com o desenvolvimento industrial e a crescente densificação dos aglomerados populacionais, as linhas de água começaram a ser utilizadas como esgoto, obrigando à construção de obras de engenharia sofisticadas no sentido de recolher a água onde ela ainda tivesse alguma qualidade e de a transportar a longas distâncias. Assim se foi cimentando uma ideia de desprezo e de mero utilitarismo relativamente aos rios.

Ainda hoje esse desprezo toma forma através de uma obsessão entubadora por parte da administração pública e de vários agentes económicos, numa tentativa vã de esconder os graves prejuízos que o Homem tem causado à Natureza – mas ignorando que, desta forma, o prejuízo só poderá ser maior. A ideia subjacente é sórdida: tapar as ribeiras como quem varre o lixo para debaixo da tapete.

Um pouco por toda a Europa (e também em Portugal, com o habitual atraso) surgiu uma corrente de opinião, mais responsável, que preconiza uma integração paisagística das linhas de água urbanas, tornando-as um elemento enriquecedor da paisagem. Por outro lado, a visibilidade de uma ribeira poluída, ao contrário do seu entubamento, pode gerar sinergias e congregar pressões que, se bem orientadas, podem inibir as descargas ilegais de efluentes e ajudar a desbloquear os processos de despoluição.

A necessidade cada vez mais sentida de se criarem corredores verdes nas cidades, trazendo novamente a vida silvestre ao convívio com os cidadãos e contribuindo para diminuir o isolamento das populações animais provocado por frentes urbanas cada vez mais extensas e compactas, constitui também um forte argumento a favor da conservação das ribeiras e das respectivas galerias ripícolas.

Sobre o relatório “Estratégia de Valorização do Vale da Ribeira da Granja”

A visão da ribeira encanada vai dando lugar, felizmente, à noção da ribeira natural como elemento estruturante da paisagem, que merece ser salvaguardada enquanto tal. Sendo este o espírito do relatório preliminar da “Estratégia de Valorização do Vale da Ribeira da Granja” e também, segundo cremos, do actual Vereador do Ambiente, a Campo Aberto mais não pode senão congratular-se com esta alteração de mentalidades e solicitar a cessação imediata de quaisquer obras de encanamento de ribeiras eventualmente em curso no concelho do Porto.

Em termos gerais, o relatório preliminar parece-nos francamente positivo. A maior falha será, porventura, a pouca atenção dada ao papel ecológico da Ribeira e às intervenções em

concreto a efectuar no sentido de renaturalizar as suas margens. Este tópico deverá ser abordado com muito maior profundidade, nomeadamente no que respeita à escolha das espécies a plantar. Seria ainda interessante pormenorizar algumas das propostas já apresentadas na versão preliminar: traçados de ciclovias, localização das zonas de recreio, percursos pedestres, etc.

Por outro lado, sugerimos que a Câmara Municipal do Porto (CMP) defina a sua política para os solos abrangidos pelo estudo. Se optar pela rejeição dos vários pedidos de licenciamento, tal como a Campo Aberto defende, naturalmente que a área disponível para as diversas propostas será muito maior. O relatório final deverá reflectir esta vontade política.

Sobre o parecer da Campo Aberto

Neste parecer a Campo Aberto fará variadas propostas, expondo a sua visão dos problemas e como poderiam ser resolvidos, de forma algo independente do que se refere no relatório preliminar. Optámos, também, por concentrar especial atenção nos aspectos descuidados nesse mesmo relatório.

Intervenção na Ribeira da Granja

No caso em apreço, uma intervenção só fará sentido se incluir de uma forma integrada os vários aspectos do problema:

- desentubamento da Ribeira na maior extensão possível;
- conclusão da rede de saneamento e sua separação da rede de águas pluviais;
- fiscalização das descargas ilegais de efluentes;
- limpeza, despoluição e renaturalização das margens.

A concretização destas acções deverá ser efectuada aproveitando sempre a oportunidade de congregar a opinião pública à volta do objectivo final, que passa pela melhoria da qualidade de vida das populações que habitam nas imediações da Ribeira e da população da cidade em geral.

É desejável que as populações sejam convidadas a intervir e, porque não, a colaborar nas várias fases de recuperação da Ribeira, transformando-se a sua requalificação num instrumento de educação ambiental e num exemplo a ser seguido noutras ribeiras e noutros locais da cidade. Seria extremamente encorajador e pedagógico, por exemplo, envolver as escolas locais na plantação de espécies autóctones aquando da renaturalização da Ribeira.

Tratamento das margens

Vezeis demais se confunde limpeza de margens com terraplanagem cega e corte raso da vegetação. Este tipo de intervenção é contraproducente e, aparentemente, deriva do facto da actividade ser concretizada por empreiteiros sem preparação e da falta de acompanhamento por técnicos qualificados.

Uma eficiente limpeza das margens deve ser feita de modo a retirar pouco mais do que o lixo e o mínimo possível de plantas autóctones, sem recorrer terraplenos. Os vários estratos vegetativos cumprem uma função imprescindível no suporte da biodiversidade, desde borboletas e outros insectos a aves e pequenos mamíferos. Para além disso, é a massa contínua de vegetação que assegura o efeito de “corredor ecológico”, hoje em dia tão propalado mas, efectivamente, pouco praticado no nosso país. Algumas espécies invasoras (normalmente exóticas) devem, contudo, ser controladas ou mesmo erradicadas. Deixar crescer uma acácia, por exemplo, pode gerar um problema complicado de resolver em poucos anos, pois trata-se de uma espécie de rápido crescimento que produz muitas sementes. Estas germinam com facilidade, competindo os jovens rebentos ferozmente com as espécies nativas. É preferível, portanto, renaturalizar as margens retirando as espécies exóticas e substituindo-as com outras típicas do nosso país e região, adaptadas às condições ambientais locais.

Infelizmente, a maior parte das intervenções em cursos de água tem-se saldado pela sua excessiva e desnecessária artificialização: árvores exóticas em linha, extensos relvados, arbustos aparados, diques e açudes, etc. Estas alterações retiram aos rios boa parte da sua “magia” ou “espiritualidade”, tornando-os como que objectos humanos. Respeitar um curso de água é antes de mais preservar a sua integridade, reconhecer o seu “direito” a ser natural. O desafio que se impõe é, portanto, o de conciliar a função ecológica (que a artificialização compromete seriamente), com a sua função recreativa. Devemos salientar que, no caso da Ribeira da Granja, essas duas funções nos parecem compatíveis, se não mesmo complementares. O princípio deve ser o de fomentar o natural, usando o artificial apenas quando não há outra solução e o benefício expectável o justifica.

O leito do rio deve ser libertado de obstáculos artificiais à livre passagem das águas. Em caso algum se deverão cortar ou danificar as árvores enraizadas nas margens, que desempenham um papel importantíssimo na regularização do regime das águas, evitando correntes torrenciais com um grande poder erosivo.

Uma atenção particular deve ser posta no uso da maquinaria, privilegiando-se a utilização de máquinas ligeiras em detrimento de maquinaria pesada, que na maior parte das situações causa danos irreversíveis, compactando o solo, arrasando a vegetação e abrindo caminho à erosão.

Espécies arbóreas a utilizar nas margens e terrenos adjacentes

A reflorestação das margens e dos terrenos adjacentes deve ter em conta as características do local, a profundidade do lençol freático e a percentagem de dias com solo alagado e/ou encharcado ao longo do ano. Assim, devem ser utilizadas as seguintes espécies e compassos:

Margens e zonas alagadas ou encharcadas 50% dos dias (leito de cheia)

Espécie	Compasso
Salgueiro-branco, <i>Salix alba</i>	1X2
Vimeiro, <i>Salix fragilis</i>	1X2
Amieiro, <i>Alnus glutinosa</i>	1X2
Choupo-branco, <i>Populus alba</i>	1X2
Choupo-negro, <i>Populus nigra</i>	1X2
Freixo, <i>Fraxinus angustifolia</i>	1X2

Zonas encharcadas 50% dos dias (nunca alagadas)

Espécie	Compasso
Choupo-branco, <i>Populus alba</i>	3x3
Azevinho, <i>Ilex aquifolium</i>	3x3
Amieiro, <i>Alnus glutinosa</i>	3x3
Sanguinho-das-sebes, <i>Rhamnus alaternus</i>	3x3
Ulmeiro, <i>Ulmus procera</i>	3x3
Salgueiro-branco, <i>Salix alba</i>	3x3
Teixo, <i>Taxus baccata</i>	3x3

Zonas marginais de cota superior

Espécie	Compasso
Carvalho Alvarinho, <i>Quercus robur</i>	3x4
Sobreiro, <i>Quercus suber</i>	3x4
Medronheiro, <i>Arbutus unedo</i>	3x4
Pilriteiro, <i>Crataegus monogyna</i>	3x4
Vidoeiro, <i>Betula celtiberica</i>	3x4
Pinheiro manso, <i>Pinus pinea</i>	3x4
Ácer, <i>Acer pseudoplatanus</i>	3x4
Cerejeira-brava, <i>Prunus avium</i>	3x4
Gilbardeira, <i>Ruscus aculeatus</i>	3x4

Época de intervenção

Para não prejudicar a fauna existente nas margens da Ribeira através, por exemplo, da destruição de ninhos e posturas ou morte de juvenis de aves, anfíbios, répteis ou mesmo mamíferos, deve-se evitar intervir no período entre o início de Março e o fim de Junho. Qualquer intervenção na vegetação deve ser efectuada na fase de repouso vegetativo, isto é, durante o Inverno.

O calendário das obras deve sempre ajustar-se ao calendário natural e nunca ser estabelecido em função de outros interesses, como infelizmente acontece variadíssimas vezes com sérios impactos nos ecossistemas.

Terrenos marginais

Em vários troços da Ribeira da Granja ainda é possível encontrar campos relativamente extensos livres de construções. A maior parte situa-se na freguesia de Ramalde, ainda que esta esteja a ser literalmente “invadida” por um enorme conjunto de empreendimentos imobiliários descontextualizados, profundamente desqualificadores do território, fruto de uma visão deturpada e economicista do que deve ser uma cidade, seu ordenamento e

planeamento. Infelizmente, também, estes atentados têm-se tornado mais a regra do que a excepção, cenário que esperamos seja radicalmente alterado com o actual executivo camarário.

Cidade antiga, o Porto conheceu uma fase de apogeu que, nas últimas décadas, se tem vindo a inverter, pelo menos do ponto de vista populacional. Há que reflectir se será com mais construção que o problema poderá ser solucionado ou se, pelo contrário, prosseguir no rumo actual não o virá agravar. A Campo Aberto acredita que deve ser prioritário recuperar os milhares de prédios degradados, fomentar o mercado de arrendamento e combater a especulação imobiliária. Esta sim, seria uma política de urbanismo coerente que evitaria a expansão e a desagregação casuística da cidade, preservando simultaneamente o precioso recurso que é o solo. Cremos, portanto, que o mais sensato seria impor uma moratória à ocupação de terrenos livres (excluindo-se eventualmente, numa decisão caso a caso, os situados em espaços de colmatação e em frentes urbanas consolidadas). A melhoria da paisagem urbana favorece ainda a qualidade de vida das populações, constituindo mais um atractivo ao “repovoamento” da cidade do Porto. Naturalmente que todas estas alterações deveriam ficar patentes no futuro Plano Director Municipal (PDM) e nas Medidas Preventivas que a CMP pretende estabelecer no interregno.

Em muitos casos, Ribeira e campos adjacentes criam um conjunto único que merecia ser preservado. Deve-se privilegiar uma visão integrada, ou holística, em detrimento de análises parcelares que, por incapacidade de percepção da paisagem como um todo, são limitadas; este é mais um exemplo em que “o todo é mais do que o somatório das partes”.

Por outro lado, a ocupação dos leitos de cheia por construções acarreta um forte risco (já bem conhecido e documentado em múltiplas tragédias pessoais e em graves prejuízos materiais) e pode comprometer a função de corredor ecológico. Os moradores de Ramalde são peremptórios ao afirmar que nunca as cheias da Ribeira da Granja foram tão intensas, e não têm dúvidas em apontar a causa principal: a ocupação indiscriminada de hectares e hectares de terrenos que, antes, absorviam boa parte da pluviosidade. Como é fácil de perceber, esta situação é extremamente injusta, pois prejudica principalmente os moradores com menos posses, incapazes de se defenderem da subida das águas.

Recomendamos a manutenção dos campos agrícolas como exemplo do passado rural. Estes proprietários devem ser compensados por mecanismos perequativos, tal como estipula o artigo 139º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro: “quando a edificabilidade do terreno for inferior à média, o proprietário deverá, quando pretenda urbanizar, ser compensado de forma adequada” (nº 5).

Nos casos em que o uso agrícola privado não for possível ou já não existir, podem ser pensados outros destinos: plantação de hortas pedagógicas com uma componente de produção efectiva, reflorestação e ajardinamento, por exemplo. Paralelamente, seria interessante estabelecer percursos pedestres interpretados (com um grande potencial para actividades de educação ambiental), pistas para ciclismo, circuitos de manutenção e ainda, esporadicamente, pequenas esplanadas. Estas estruturas, úteis em si, não deverão nunca

ser erguidas à custa da destruição ou limitação contraproducente dos factores naturais e biológicos, da vegetação, etc. Como projectos mais arrojados mas estruturantes propomos a criação de um viveiro de espécies autóctones, de um pequeno jardim botânico com plantas típicas dos ambientes ribeirinhos, palustres e agrícolas (incluindo várias culturas comuns na região e, eventualmente, um núcleo museológico) e de uma pequena biblioteca dedicada às questões ambientais (“ecoteca”), com uma secção especial para os mais novos. Para tal seria interessante que a CMP adquirisse e recuperasse uma antiga casa rural abandonada, dando-lhe assim uma vida nova e um uso saudável e educativo.

As margens devem ser renaturalizadas repondo-se sempre que possível o declive suave (45°) característico do regime lântico de um curso de água. Deve-se resistir à tentação de “segurar” as margens com outra coisa que não seja a vegetação ripícola e permitir, dentro do limite da zona intervencionada, o livre meandrar da Ribeira. A espécie de enrocamento recentemente efectuado na zona da Rua D. João Coutinho e da Rua de Ramalde do Meio deverá ser retirada, renaturalizando as margens tal como defendido neste parecer.

Análise do percurso da Ribeira da Granja

Nesta secção optámos por tecer comentários e sugestões específicas para cada troço da Ribeira da Granja, percorrendo-a até à nascente, ou quase.

Zona 1 – Do rio Douro até a rua Diogo Botelho

Este troço foi recentemente alvo de obras de requalificação paisagística ao longo das Ruas Aleixo Mota e D. Pedro Meneses, mas infelizmente a oportunidade foi desperdiçada e a Ribeira continua enterrada. Esperamos que os trabalhos sejam continuados e que a Ribeira – que passa por baixo de uma zona verde – passe a ser valorizada. Quanto ao pedido de licenciamento para prédios de habitação que o relatório menciona, embora desconhecendo a sua localização exacta e as volumetrias em causa, apelamos à CMP para que evite que estas construções, a realizarem-se, venham a comprometer a qualidade do corredor verde.

Zona 2 – Área industrial e Bairro de Lordelo

Nesta zona, a Ribeira da Granja atravessa diversos bairros sociais mas está muito mal inserida na paisagem, o que deve ser corrigido. Como neste troço ainda existem muitas zonas livres de construção, é possível desentubar a Ribeira em vários segmentos e, nos casos em que esta se encontra a céu aberto mas canalizada, recuperar as margens e terrenos adjacentes.

Um pouco a montante existe uma fábrica em ruínas que a Ribeira atravessa, entubada. Esperamos que o projecto previsto de reconversão da fábrica para actividades de lazer saiba tirar proveito deste factor e corrigir os erros do passado. Assim seria possível criar um corredor verde desde as imediações da VCI até ao Bairro de Lordelo.

Zona 3 – Entre as Ruas de Serralves e de Grijó

Nesta zona, a Ribeira da Granja tem o seu troço mais interessante, onde se podem encontrar campos agrícolas em socalcos, vários tipos de construção em pedra, uma antiga casa com capela, etc. Este é um tipo de espaço que constitui um património cada vez mais raro na cidade do Porto, vestígio de uma forma de utilização do solo que quase desapareceu. Por estas razões deve ser inteiramente preservado.

O relatório afirma estar previsto um canal com 50 metros de largura em cada margem “de apoio às operações de loteamento em curso”. Esta faixa de 100 m (no total) não inclui o vale todo (supomos que o espaço restante será urbanizado), o que contraria a nossa perspectiva de ordenamento do território nas circunstâncias actuais. Propomos que os loteamentos sejam sumariamente abandonados e que este belo vale seja preservado, bem como todo o património construído a ele associado.

Zona 4 – Avenida da Boavista

Este troço foi entubado recentemente, o que nos leva a pensar que possam existir projectos de construção para o local – quem sabe semelhantes à inestética torre de mais de 20 andares (“Passeio da Boavista”) que já existe ao lado. Num terreno encostado à Ribeira, entre a VCI e a Rua de Grijó, vê-se uma placa a anunciar um futuro hotel, o que nos deixa profundamente preocupados.



Figura 1 – A construção desenfreada e o desrespeito pela Ribeira da Granja estão bem patentes nesta fotografia.

Mais uma vez, insistimos que a cidade inverta o processo de destruição ambiental que tem seguido até agora. Se esta zona for urbanizada, os custos no futuro para corrigir o erro serão muito mais elevados.

A Norte da Avenida da Boavista encontramos mais uma fábrica abandonada. Tanto à frente como atrás desta existem muitos espaços com vegetação que deveriam ser incorporados no corredor verde.

Zona 5 – Casa de Ramalde

Já existe um projecto em curso para a recuperação da Quinta de Ramalde, embora apenas algumas dezenas de metros da Ribeira a percorram. Trata-se de um local de grande beleza, que contamos venha a ser devidamente valorizado.

Creemos que também é possível desentubar a parte do percurso da Ribeira que acompanha a VCI.

Zona 6 – Entre a Rua João Coutinho e a Rua de Ramalde do Meio

Este espaço começou há poucos anos a ser urbanizado, ameaçando o leito da Ribeira. Devido à existência de um edifício a poucos metros, as margens foram artificializadas. O estudo sugere a criação de um canal livre de 15 metros de largura em cada margem. A Campo Aberto propõe que este corredor seja alargado tanto quanto possível, por forma a assegurar devidamente a função de corredor verde.

Também está indicado nos mapas anexos ao relatório preliminar um pequeno afluente que acompanha a Rua de D. João Coutinho. Sugerimos que este troço seja desentubado já que, pelo menos em parte, tal parece ser possível.

Zona 7 – Entre a Travessa de Requesende e a Circunvalação

O facto de a Ribeira estar visível numa grande extensão e atravessar terrenos agrícolas livres de construção, torna este um dos troços mais interessantes. Mas já se sente a pressão imobiliária. Um pouco mais a Sul já está a nascer um conjunto de edifícios de grande densidade. Esperamos que não apareçam mais... A CMP deverá garantir que esses terrenos, principalmente entre a Rua de Ramalde do Meio e a Estrada da Circunvalação, continuem dedicados à agricultura.



Figura 2 – Já perto da Circunvalação, podem-se observar belos campos alagados por onde a Ribeira da Granja serpenteia.

Perto da Quinta do Rio ou do Viso, parte do percurso da Ribeira está tapado (embora à superfície) sem que haja razão aparente para isso. Aliás, pode ver-se aqui um dos espectáculos mais deprimentes: o encontro da Ribeira, entubada, com um dos seus afluentes, também entubado. O estudo refere que "junto à Quinta do Viso a Ribeira foi canalizada, para efeitos de segurança, dada a proximidade de uma escola", o que, a ser verdade, é um péssimo exemplo de educação ambiental que tem que ser corrigido.

Esta é uma zona com um enorme potencial que devia ser aproveitado para mostrar que a cidade deseja inflectir o rumo que tem tomado em matéria de ambiente.

Zona 8 – Travessa de Requesende e Quinta da Prelada

Entre a Rua de Requesende e a VCI estão a nascer grandes urbanizações ao lado de outras que já existem há alguns anos. A Ribeira ainda está visível a Norte, mas parece ameaçada. O nivelamento do solo vários metros acima do curso de água é preocupante porque, para além de o esconder da paisagem, irá dificultar o seu futuro e hipotético destapamento. Trata-se de uma atitude perfeitamente absurda. Há que pôr termo a esta operação quanto antes.

Um pouco depois, já a Sul da VCI, a Ribeira passa por baixo de antigas quintas e espaços verdes privados, como os pertencentes ao Hospital da Prelada. Não compreendemos por que não estão estes terrenos abrangidos pelo estudo – o que recomendamos venha a ser feito nas próximas versões – pelo que também nos vamos pronunciar sobre eles. Desta forma, sugerimos que estes espaços sejam ligados entre si através da criação de um corredor verde e que a Ribeira seja desentubada onde for possível. Existe um viaduto de grande largura sobre a VCI, abandonado, que poderia ser aproveitado para este efeito (a fotografia aérea do estudo é bem elucidativa). Bastaria para isso que fosse adaptado e integrado no corredor verde através da plantação de espécies vegetais apropriadas. Estas teriam, ainda, a função de o isolar do ruído da VCI. Existem exemplos de passagens deste tipo, como é o caso da ponte verde na cidade alemã de Mainz, construída sobre a Avenida do Reno.

A hipótese do viaduto ser usado com o fim para o qual foi construído – o trânsito rodoviário – deve ser posta de parte porque iria destruir os espaços verdes existentes tanto a Norte como a Sul da VCI, o que seria inaceitável.

Conclusão

Uma nova concepção de cidade, centrada nas pessoas e não nas forças de mercado, exige mais do que uma cartilha de intenções. É preciso passar à acção, mostrar que a mudança não é apenas de discurso mas que este tem um reflexo na acção. Naturalmente que a mudança não pode – nem deve – ocorrer da “noite para o dia”, de forma precipitada e imponderada. Entendemos que a forma mais sensata de o fazer é a que se está a seguir no caso da Ribeira da Granja: pôr a cidade a discutir o problema e recolher opiniões. Se o tempo em que as decisões são apresentadas como uma maravilha da técnica, infalíveis e “cientificamente” demonstradas – e, portanto, não sujeitas a qualquer alteração – já tiver passado, todos teremos a ganhar. Aliar conhecimento técnico com empírico, camarário com local e profissional com associativo, é indubitavelmente uma solução muito mais sensata.

Assim, a Campo Aberto gostaria de felicitar a CMP por toda esta iniciativa e de se disponibilizar para ajudar no desenvolvimento da “Estratégia de Valorização do Vale da Ribeira da Granja” naquilo que lhe for possível.

O relatório preliminar da “Estratégia de Valorização do Vale da Ribeira da Granja” indica, de forma geral, o caminho que a CMP deverá seguir para devolver a Ribeira da Granja à cidade. Como se pode ler várias vezes ao longo do estudo, isso exigirá a compra de terrenos e o pagamento de indemnizações, pelo que envolve um certo investimento. Deste ponto de vista, requer principalmente empenho político. Ainda que possa parecer avultado, esse investimento “pagará dividendos” durante muitos anos; a sua acção benéfica extender-se-á no tempo e terá mesmo um efeito multiplicador. Pelo contrário, permitir que novas urbanizações ocupassem os preciosos terrenos contíguos à Ribeira e, eventualmente, a prossecução do seu encanamento, seria uma atitude deplorável com consequências desastrosas para o futuro da cidade. Seria como que uma total “perda de face”: a CMP não mais teria legitimidade para defender a qualidade de vida dos portugueses.

Se neste caso será necessário recorrer a indemnizações para evitar um mal maior, na cidade existirão outros terrenos e ribeiras que urge também salvaguardar. A Campo Aberto exorta a CMP a enveredar pela via da prevenção dos problemas de agora em diante, garantindo que o sempre escasso erário público é devidamente aplicado. Para este efeito, é absolutamente imperioso que o futuro PDM e em breve as Medidas Preventivas sejam elaborados considerando estes aspectos; o Pelouro do Ambiente e do Urbanismo e Mobilidade deverão trabalhar em conjunto, identificando cautelosamente todas as áreas a salvaguardar. Compreender que nem todos os terrenos livres deverão ser urbanizados – até porque, actualmente, não existe qualquer justificação demográfica para tal preceito – é essencial.

Se a melhoria do ambiente for realmente uma prioridade, a requalificação da Ribeira da Granja não pode deixar de ir para a frente.

Campo Aberto – Associação de Defesa do Ambiente

Apartado 5052 / 4018-001 Porto

Faxe: 22 975 95 92

Telefone: 93 375 39 10

Correio electrónico: campo_aberto@hotmail.com